



## LUTAS SOCIAIS E GOVERNOS NA AMÉRICA LATINA:

as resistências e a emancipação humana hoje

Diana Ramírez Duarte<sup>1</sup>  
Luana Tereza de Barros<sup>2</sup>

### RESUMO:

Quem pode fazer uma revolução socialista na América Latina, quais são as estratégias para alcançar uma transformação radical do sistema capitalista; são perguntas que devem inquietar aos intelectuais que ainda pensam na emancipação humana. As respostas não são evidentes, as lutas cotidianas contra qualquer forma de atentado à dignidade humana e a presença de vários governos reformistas de esquerda nesses países dão respostas provisórias e sua análise pode permitir visualizar o rumo estratégico que deve tomar nosso subcontinente.

**Palavras-chave:** socialismo, lutas de resistência, América latina, governos de esquerda

### ABSTRACT:

Who can make a socialist revolution at Latin America, which are the strategies to achieve a radical transformation of the capitalist system; are questions that should bother the intellectuals who still think in human emancipation. The answers are not to hand, the daily struggles against any form of attack on human dignity and the presence of several left-wing reformist governments in those countries give temporary answers and their analysis can allow to visualize the strategic direction that should take our subcontinent.

**Key words:** socialism, resistance struggles, Latin America, left governments

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: dianaradu00@yahoo.es

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: luanateresa\_rocha@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

As lutas emancipatórias na América Latina apresentam profundos laços com atos de resistência e reivindicações decorrentes do cenário dinâmico de dominação, exploração, e humilhação que envolve uma parcela significativa de sujeitos, dentre outros elementos dicotômicos pertinentes a Estados autoritários e oligárquicos em toda a região.

As inúmeras mobilizações de cunho popular desenvolvidas ao longo do processo histórico mostram-se plurais, como de operários, camponeses, indígenas, comunitários cristãos etc.; cujas mobilizações foram reprimidas através, por exemplo, de medidas violentas de Estados ditatoriais por várias décadas no século XX. Apesar desses eventos opressivos, as lutas na América Latina não diminuíram, mas assumiram particularidades segundo os espaços territoriais: por um lado, as organizações clandestinas (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista), por outro, manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos.

Em todo esse processo de dominação, exploração e humilhação que envolve sujeitos de classes antagônicas situados na América Latina existe um mecanismo motor que avança décadas e se movimenta até a atualidade em toda essa conjuntura de dependência dos países da América Latina. Referimos do neoliberalismo, que atua como uma resposta a uma crise do capital que afeta drasticamente o Estado de bem-estar social com elaboração de medidas fortalecedoras do setor financeiro sobrepondo o produtivo. Ele nutre-se fortemente de mecanismos ideológicos que contrariam toda e qualquer tentativa de uma nova sociedade e investe sem freios na alienação ideológica, com repercussão nas práticas humanas.

Esses entraves decorrentes das investidas neoliberais têm reflexos expressivos como a fragmentação das lutas e reivindicações, distanciadas da questão macro que os envolve: as lutas de classes.

Sendo assim, o trabalho vem propor a necessidade da compreensão dos processos de lutas e resistência ocorridos na América Latina junto com os governos de esquerda na atualidade, pretendendo perceber os possíveis caminhos para uma nova



sociedade emancipada.

## 2. O NEOLIBERALISMO E AS LUTAS DE RESISTÊNCIA

As lutas contra a opressão política, a exploração econômica e a humilhação, quer dizer, as lutas contra qualquer forma de atentado à dignidade humana devem ser analisadas sob um olhar crítico que permita encontrar mediações entre as lutas conjunturais (por direitos, pela ampliação da democracia, contra o imperialismo norte-americano, contra o neoliberalismo, etc.) e as lutas estruturais (as lutas pela emancipação humana). Por isso, se faz necessário compreender os objetivos em longo e mediano prazo das lutas conjunturais, possibilitando uma leitura objetiva (não sacralizante) das mesmas. A importância disso reside na tentativa de compreender o movimento real da América Latina na contemporaneidade, visando quais são as possibilidades de mudanças estruturais a partir das lutas de resistência e os governos dos nossos países.

As análises dos novos rumos e ações dos movimentos de resistência e os governos na América Latina no século XXI exigem levar em conta vários fatores que têm influenciado seu desenvolvimento, tais como as ditaduras militares na década de 1970<sup>3</sup>; o fim do “socialismo real” em finais de 1980, e em decorrência, o discurso do “fim das ideologias”, ou seja, o fim da esperança na transformação radical do sistema do capital e a adesão cega ao neoliberalismo. Esses acontecimentos trazerem graves consequências às lutas emancipatorias, deixando de lado o discurso de luta de classes que tinha lhes caracterizado (TISCHLER, 2004, p. 77,78).

O neoliberalismo, considerado como uma resposta a uma crise estrutural do capital (não cíclica) (MÉSZÁROS, 2009, p. 26), corresponde ao declive do Estado de bem-estar social e tem como estratégias básicas o fortalecimento do setor financeiro em detrimento do setor produtivo, a privatização de empresas públicas e os direitos sociais (educação, saúde, previdência, etc.), a redução do gasto social estatal, a flexibilização

---

<sup>3</sup> Apresentadas em Uruguai, Argentina, Chile, Nicarágua, Honduras, Guatemala, Brasil, Bolívia, Peru, Paraguai, Panamá e Equador.



laboral, e a abertura dos investimentos entre países. Junto com as reformas econômicas e sociais, o neoliberalismo trouxe graves consequências para a unidade da classe trabalhadora e os movimentos sociais; as lutas ficaram fragmentadas segundo setores e reivindicações mais específicas: gênero, etnia, raça, e também as lutas ecológicas, contra o neoliberalismo, pelos direitos humanos, etc.

Nos países dependentes da América Latina, sendo eles localizados na periferia do desenvolvimento econômico mundial, o neoliberalismo representou, além de todo o mencionado, o aumento da dependência econômica e política através dos organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.), representados principalmente pelos Estados Unidos. Os organismos multilaterais realizam empréstimos aos países latino-americanos com a justificativa de eles atingirem o grau de desenvolvimento das nações dominantes; mais aqueles empréstimos, além de aumentar a dívida externa, colocam pautas e exigências no modo desses países fazer o uso do dinheiro, influenciando diretamente nas suas políticas públicas. O controle feito sobre as políticas públicas significa a designação dos recursos nos setores onde os organismos multilaterais exigem, assim, ficam submetidos politicamente aos interesses desses organismos.

Depois do domínio de governos como o de Menem na Argentina, o de Fernando Henrique Cardoso no Brasil e no Peru com Fujimori, que assumiram as políticas do FMI aprofundando manifestações da questão social, a população latino americana mobilizou-se contra as iniciativas neoliberais que os aprofundava na exploração, a dominação e a humilhação. Nessa conjuntura, se registram inúmeras revoltas e reivindicações em torno da “anulação das privatizações, nacionalização dos recursos naturais e democratização da vida política” (KATZ, 2010, p. 6. TDA). Esses elementos tornaram-se direcionamentos centrais das lutas populares nesta porção continental.

Segundo KATZ (Ibid., p. 1) nos anos de 2008-2009 países como Guadalupe e Martinica agiram de forma contrária aos ajustes; no Peru se assumiu um caráter de resistência contra a privatização e inúmeras “mobilizações em defesa do salário e o emprego (México, Argentina). O mais significativo foi a surpreendente resistência quase



insurrecional contra o golpe na Honduras<sup>4</sup>, bem como as lutas de Chiapas expressas em movimentos antiglobalização.

Isto sem esquecer o surgimento do Fórum Social Mundial, enquanto espaço unificador de amplos setores progressistas, a luta armada das FARC-EP –Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército do Povo-, e a resistência heroica do povo cubano, que foram pilares fundamentais para a construção de alternativas viáveis de poder, que hoje começam a se consolidar em alguns países da América Latina.

Essas mobilizações de resistência e sobrevivência assumiram nuances próprias. Com o avanço da Revolução Bolivariana e as lutas travadas pelo povo boliviano em defesa das suas riquezas, que culminaram no Governo de Evo Morales, com a criação da ALBA, a luta pelo socialismo, além da criação de alternativas de esquerda em países como Chile (“juntos podemos más”), Brasil (“Frente de Esquerda”) e México, o quadro político da região passou por uma mudança qualitativa importante.

Essas transformações sociais de cunho socialista assumem um caráter real quando atingem profundas transformações sociais e para tanto, muitos empecilhos são enfrentados para chegar nessa condição de mudanças radicais.

### 3. OS GOVERNOS DE ESQUERDA NO SÉCULO XXI

Uma alternativa à ordem social do capital traz consigo um “controle constituído pelos indivíduos de tal maneira que não fosse deles alienável (...) não vindo de cima (...) mais sim emergindo da base social mais ampla possível.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 88). Na década de 2000, chegam ao poder vários governos de esquerda na América Latina (Venezuela, Bolívia, Equador), apresentando a proposta do “socialismo do século XXI”, que visa na construção de um “socialismo distinto ao soviético a partir das reformas que se fazem num território capitalista e no âmbito da democracia liberal e representativa.” (FIGUEROA, 2008, p. 58. TDA). Assim, pensar numa sociedade construída pela base social,

---

<sup>4</sup> TDA.



“não vindo de cima” questiona as ações desses governos, onde parece que cada vez ficam mais distantes dos interesses das bases e da mesma classe trabalhadora.

Na Bolívia, por exemplo, “o partido oficialista MAS permitiu conquistar uma nova Constituição, que agora deve se regulamentar. Mas cada vez existem mais sintomas de mutação dessa organização, que surgiu dos sindicatos em luta e agora aglutina pequenos proprietários rurais e urbanos, articulados em torno a uma camada de funcionários.” (KATZ, 2010, p. 4. TDA).

No Equador, dão-se:

sucessos substanciais, que se sintetizam no texto da nova Constituição.

(...) Mas no exercício do governo se adotam medidas que chocam com estas normas.

(...) O fundo destas tensões é a composição de um governo que propõe ideias radicais, mas opera com funcionários comprometidos com os interesses do capital. (Ibid., p. 5. TDA).

Na Venezuela, num encontro das vertentes de esquerda do processo bolivariano

(...) se questionou a falta de respostas às demandas dos movimentos sociais, os manejos verticais no aparato estatal e o papel dos assessores ministeriais carentes de compromisso revolucionário. Também foi ressaltado o fracasso da audiência dos meios de comunicação públicos, as indefinições do socialismo do século XXI e a continuada desigualdade social. (Ibid., p. 4. TDA).

Esses governos reformistas (tal como os chama Claudio Katz) têm feito transformações importantes na via da nacionalização de empresas privadas, a defesa contra o imperialismo norte-americano, a luta contra o analfabetismo<sup>5</sup>, entre outras. Porém, parece que a perspectiva de uma transformação radical do sistema do capital desaparece no horizonte dos seus programas, abandonando a relação direta com as lutas da “base social mais ampla” e afastando-se da prática de uma democracia participativa efetiva.

Em contrapartida, o imperialismo desenvolvido pelos Estados Unidos atua sem freios na região. A dominação imperialista norte-americana, desde a criação, apoio e consolidação das ditaduras militares nos anos 1970, até o controle militar exercido desde a

<sup>5</sup> Na Venezuela e na Bolívia o analfabetismo foi erradicado. Para mais informação, ver: [http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content\\_id=1062048](http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=1062048); <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/09/por-que-chavez-deve-vencer/>. Data de pesquisa: 22/02/13



Colômbia, que se converteu numa espécie de centro de operações militar, vem controlando e reprimindo as lutas de resistência e até reivindicativas desde 2001, com a desculpa da luta contra o narcotráfico e o terrorismo, que seriam os novos inimigos a vencer, o qual legitima “a intervenção estadunidense em qualquer parte do mundo” (FIGUEROA, 2002, s/p. TDA).

Apesar de todo o nefasto desempenho na guerra do Iraque com interesses bem definidos como a apropriação das fontes de energia e busca de garantir a hegemonia política, econômica e militar, os Estados Unidos voltam-se concomitante aos países latinos americanos através de interesses bélicos (com instalação de bases militares, ataques constantes aos povos originários), dissimulada luta nas fronteiras contra o terrorismo, que potencializa a real posse de territórios (através de compras em países como Paraguai e a Bolívia), reservas de água e outros recursos naturais.

A procura pela independência respeito aos Estados Unidos pode permitir a construção de países autônomos econômica, política e culturalmente. Países economicamente sustentáveis a partir da produção própria, evitando Tratados de Livre Comércio e alianças de qualquer tipo (titulação de terras, compra de empresas nacionais, etc.) que debilitam o mercado nacional, aumentam os preços da cesta básica e levam à quebra dos empresários locais que não podem corresponder à concorrência do mercado internacional. Países politicamente independentes que possam tomar decisões segundo as suas próprias necessidades e construir políticas públicas não condicionadas pelos empréstimos dos organismos. Países culturalmente autônomos e respeitosos da enorme diversidade cultural, onde os indígenas, os negros e os mestiços tenham as possibilidades reais de participar nas decisões políticas e onde a cultura ancestral seja resgatada e introduzida nas culturas nacionais.

#### **4. CONCLUSÕES**

O neoliberalismo e os governos reformistas criam estratégias de dominação e exploração da classe trabalhadora, bem como, e contraditoriamente, a condição real de movimentos revolucionários. Nesse contexto, o capitalismo de estado construiu e constrói um cenário de lutas feitas pelas classes exploradas, dominadas e humilhadas, no intuito de



atingir a transformação da realidade social e construir uma nova ordem social, começando com “à nacionalização efetiva dos sistemas financeiros, a revisão do pago das dívidas públicas e a recuperação efetiva do controle dos recursos naturais”. (Ibid., p. 10. TDA).

É também importante analisar a proposta da democracia como “único mecanismo viável para corrigir os erros, facilitar a participação popular e segurar a discussão de alternativas.” (KATZ, 2004, p. 10. TDA). Uma sociedade que busca a construção de relações igualitárias no sentido do respeito à dignidade humana, precisa refletir acerca dos mecanismos que podem fazer dessas relações uma realidade efetiva. Até hoje, a democracia parece ser aquele mecanismo que oferece essa possibilidade, uma democracia não no sentido liberal e representativo, mas uma democracia que dê ferramentas de participação real nas decisões que atingem à população em geral, onde a nova sociedade seja construída desde a “base social mais ampla possível” (MÉSZÁROS, 2009, p. 88).<sup>6</sup>

Por outro lado, é importante lembrar que a luta pela independência não é uma luta revolucionária per se; a defesa do nacional e da mesma unidade latinoamericana não tem uma ligação direta com rupturas revolucionarias. Para isso dar certo, se faz necessária uma articulação das lutas da “base social mais ampla” com as ações dos governos de esquerda. Essa articulação não responde a uma aderência cega aos governos, ela responde à necessidade de articular lutas conjunturais e estruturais que levem à construção conjunta de uma nova sociedade sem opressão, exploração nem humilhação. É papel dessa “base social mais ampla” continuar a luta pela emancipação humana, exigindo dos governos uma “democracia socialista” (KATZ, 2004, p. 16), e a sua participação real nas decisões governamentais.

Por tanto, sem a articulação e direção das forças de resistência para o socialismo, não será possível pensar numa transformação radical do sistema do capital, que supere toda forma de opressão, exploração e humilhação.

---

<sup>6</sup> Isto sem esquecer que os governos totalitários são necessários só “sob certas circunstâncias e para fazer frente às conspirações reacionárias.” (KATZ, 2004, p. 16. TDA).



## BIBLIOGRAFIA

FIGUEROA, Carlos. Nuevos odres y viejos vinos: la violencia en América Latina en los albores del Siglo XXI. UNAM-CELA, 2002. Site: <http://subdesarrollo.tripod.com/>. Arquivo digital.

\_\_\_\_\_, Carlos. América Latina en el umbral del posneoliberalismo. En: *Metapolítica*, n. 59, mayo-junio 2008. Pp. 55-60. Arquivo digital.

KATZ, Claudio. *El porvenir del socialismo*. Buenos Aires: Imago Mundi-Herramienta, 2004. 256p.

\_\_\_\_\_, Claudio. *Latinoamérica VI: De la reforma a la revolución*. Janeiro 2010. 10p. Site: <http://katz.lahaine.org>. Data de consulta: 18/12/12. Arquivo digital.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição*. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009. 1102p.

TISCHLER, Sergio. *La forma clase y los movimientos sociales en América Latina*. Em: *Revista del Observatorio Social de América*. Buenos Aires, Año V, No. 13, 2004. Pp.77-85. Site: [http://www.in.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content\\_id=1062048](http://www.in.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content_id=1062048). Data de pesquisa: 22/02/13. Arquivo digital.